



MODELOS DE FINANCIAMENTO DAS COMUNIDADES DE ENERGIA E DE AUTOCONSUMO COLETIVO

POLICY NOTE

Outubro de 2025

Conteúdo

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA HABITAÇÃO	2
Coordenador do Grupo de Trabalho (GT4)	2
Membros do Grupo de Trabalho (GT4)	2
Introdução	4
1. Panorama das Comunidades de Energia Renovável em Portugal	6
2. Instrumentos de Financiamento e Apoio às CER.....	9
2. 1. Financiamento Municipal, Nacional e Europeu	9
2. 2. Barreiras ao Acesso e Limitações Atuais.....	10
2.3. Oportunidades para Melhoria e Simplificação	10
2. 4. Requisitos Estruturais das CER.....	11
3. Modelo de Autoconsumo Coletivo e Financiamento	12
4. Desafios e Barreiras Identificadas	15
5. Recomendações de Política e Intervenção	16
6. Próximos Passos e Perspetivas Futuras	17
7. Conclusão	18

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA HABITAÇÃO

Coordenador do Grupo de Trabalho (GT4)



Membros do Grupo de Trabalho (GT4)





Introdução

A transição energética constitui um dos pilares fundamentais das políticas europeias de combate às alterações climáticas, consagrada no Pacto Ecológico Europeu e na Lei Europeia do Clima (European Green Deal). Estes instrumentos estabelecem metas, como a neutralidade carbónica até 2050, que exigem uma transformação estrutural dos setores económicos, em particular do setor dos edifícios, responsável por uma parte substancial do consumo energético e das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

Em Portugal, este enquadramento europeu tem sido transposto por meio de estratégias nacionais como o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC), a Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios (ELPRE) e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050). Apesar destes instrumentos, a concretização dos objetivos climáticos permanece condicionada pela capacidade de mobilizar investimentos sustentáveis e por mecanismos financeiros eficazes, sobretudo no domínio da habitação.

O projeto **RAISE-PT – Mesas Redondas para Ação e Investimento em Energia Sustentável em Portugal** tem como objetivo identificar os obstáculos que limitam os investimentos na transição energética e promover a adoção de soluções sustentáveis e inovadoras. No âmbito do projeto, foram realizadas mesas redondas e grupos de trabalho com foco em habitação, financiamentos e soluções de autoconsumo coletivo, visando reunir conhecimento técnico, experiências práticas e recomendações para acelerar a implementação de projetos energéticos colaborativos em Portugal.

As Comunidades de Energia Renovável (CER) e os modelos de autoconsumo coletivo (ACC) emergem como instrumentos centrais para a transição energética, promovendo a descentralização da produção de energia e incentivando a participação ativa de cidadãos, empresas e territórios. Estes modelos possibilitam que grupos locais produzam, partilhem e consumam energia renovável de forma colaborativa, contribuindo simultaneamente para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, para o reforço da resiliência energética e para a redução dos custos com energia, na generalidade dos casos

Em Portugal, apesar do crescente interesse e da certificação de diversos projetos, a implementação efetiva de CER ainda se encontra num patamar inicial, com um número

limitado de comunidades formalmente constituídas. O país enfrenta desafios relacionados com o acesso a financiamento, barreiras burocráticas, licenciamento municipal e instrumentos de apoio nacionais e europeus. Ao mesmo tempo, experiências piloto e projetos exemplares demonstram a viabilidade técnica e económica destes modelos, reforçando o seu potencial de expansão.

O presente *policy note*, desenvolvido no âmbito do projeto **RAISE-PT**, tem como objetivo identificar as principais oportunidades e barreiras ao desenvolvimento das **Comunidades de Energia Renovável (CER)** e do **Autoconsumo Coletivo (ACC)** em Portugal, analisando os instrumentos de financiamento existentes, as boas práticas nacionais e internacionais e as medidas que podem acelerar a democratização e massificação destes modelos colaborativos de organização em torno da energia.

A elaboração deste documento contou com o **apoio e contributos de Ana Rita Antunes (Coopérnico), Miguel Macias Sequeira (CENSE) e José Queirós de Almeida (GreenVolt Comunidades)**, cuja experiência e conhecimento nas áreas da transição energética, envolvimento comunitário e políticas públicas foram fundamentais para a análise e consolidação das recomendações aqui apresentadas. O seu envolvimento permitiu enriquecer o enquadramento técnico e estratégico do *policy note*, garantindo uma abordagem integrada e alinhada com as dinâmicas atuais do setor energético em Portugal.



1. Panorama das Comunidades de Energia Renovável em Portugal

As Comunidades de Energia Renovável (CER) e os modelos de Autoconsumo Coletivo (ACC) são **instrumentos estratégicos para a transição energética**, promovendo a produção e consumo descentralizados de energia renovável e incentivando a participação ativa de cidadãos, empresas e territórios. Estes modelos permitem que grupos locais produzam, partilhem e consumam energia de forma colaborativa, contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, o cumprimento das metas do Plano Nacional de Energia e Clima e o reforço da resiliência energética.

Do ponto de vista técnico, o ACC permite a produção e partilha de energia local sem necessidade de entidade jurídica própria, enquanto as CER exigem personalidade jurídica e devem funcionar privilegiando benefícios ambientais, sociais e económicos, com participação aberta e voluntária. Estes modelos proporcionam múltiplos benefícios:

- a) **ambientalmente**, contribuem para a redução das emissões e para a descentralização da produção energética;
- b) **economicamente**, permitem reduzir a fatura elétrica, garantir retornos de investimento relativamente rápidos e conferir maior estabilidade face à volatilidade dos preços;
- c) **socialmente**, promovem a inclusão de famílias em situação de pobreza energética e fomentam a literacia e participação cidadã.

Apesar destes benefícios, a dimensão política das CER, enquanto instrumentos de redistribuição de poder no sistema energético, continua a ser pouco explorada nos debates nacionais e internacionais.

Em Portugal, os conceitos de ACC e CER foram introduzidos a partir das diretivas europeias e transpostos para a legislação nacional em 2019, ganhando maior consistência com o Decreto-Lei n.º 15/2022, posteriormente revisto em 2024. Apesar de Portugal ter sido um dos países mais rápidos na transposição desta diretiva, o desenvolvimento efetivo destes modelos tem sido condicionado por atrasos nos

processos de licenciamento e pela falta de clareza regulatória. A federação europeia Rescoop.eu avaliou a transposição nacional de forma crítica, apontando riscos associados a definições jurídicas ambíguas.

Dados recentes da E-Redes demonstram que, em maio de 2025, cerca de 400 projetos de partilha local de energia se encontravam certificados, mas apenas nove estavam formalmente registados como CER. Em setembro de 2025, contabilizaram-se 647 projetos de autoconsumo coletivo e apenas três CER. Esta discrepância evidencia que muitos projetos divulgados como comunidades de energia renovável correspondem, na realidade, a ACC, o que revela a necessidade de clarificação regulatória e de apoio institucional para consolidar estes modelos.

A persistência desta confusão tem implicações políticas e regulatórias significativas. A normalização da ambiguidade pode legitimar práticas que não cumprem os princípios fundamentais das CER definidos pela diretiva europeia, limitando o potencial redistributivo e participativo das comunidades de energia. Por outro lado, a clarificação regulatória e o apoio institucional podem contribuir para mitigar esta disparidade, garantindo que o conceito de CER não seja apropriado de forma indevida, mas que se traduza em projetos consistentes com os objetivos ambientais, sociais e económicos que lhe estão subjacentes.

O caso prático desenvolvido no bairro de Telheiras, em Lisboa, e em expansão para o Lumiar, ilustra a viabilidade destes modelos. Iniciado em 2020, o projeto envolve a Parceria Local de Telheiras, a Junta de Freguesia do Lumiar e recebeu apoio técnico do *Energy Poverty Advisory Hub*, Coopérnico e Universidade Nova de Lisboa. A gestão da comunidade foi assumida pela Associação Viver Telheiras, garantindo a personalidade jurídica necessária. O modelo financeiro permitiu a adesão das famílias vulneráveis sem custos iniciais, com eletricidade partilhada entre os membros e uma quota anual para manutenção, seguros e tarifas de rede. A governança assenta no princípio democrático de um membro, um voto.

A intervenção de **Miguel Macias Sequeira**, um dos impulsionadores da criação da Comunidade de Energia Renovável (CER) de Telheiras/Lumiar, permitiu complementar esta análise, trazendo uma perspetiva prática sobre os desafios financeiros e regulatórios enfrentados pelas comunidades, bem como sugestões de boas práticas e

mecanismos de apoio que podem acelerar a implementação e expansão de projetos de autoconsumo coletivo e CER em Portugal.

A CER Telheiras/Lumiar foi uma das primeiras comunidades de energia a receber autorização para entrada em exploração no país, contando já com uma unidade de produção piloto que partilha energia solar com 16 membros (15 famílias locais e a junta de freguesia). “Este projeto inovador trilhou um caminho difícil, particularmente ao nível do licenciamento, até começar, por fim, a partilhar energia. Com este



crescimento, cuja validação por parte da Direção-Geral de Energia e Geologia se espera célere, ambicionamos inspirar a criação de novas comunidades de energia”, refere Miguel Macias Sequeira, Coordenador da CER Telheiras/Lumiar e Investigador no CENSE NOVA-FCT.

Apesar dos resultados positivos alcançados, a experiência evidencia desafios estruturais significativos, incluindo a complexidade e a morosidade dos processos de licenciamento, a forte dependência do trabalho voluntário, a limitada literacia energética da população e barreiras financeiras iniciais à participação. Para enfrentar estes obstáculos, as propostas apresentadas pela 11.ª Comissão de Cidadãos de Ambiente e Energia, no âmbito do projeto “Os 230”, sugerem medidas concretas de apoio institucional, capacitação e incentivo à participação, visando consolidar a implementação eficaz e inclusiva de projetos de comunidades de energia renovável, propõe-se uma abordagem baseada em quatro eixos:

- I. **Observar**, produzindo dados sobre os projetos;
- II. **Informar**, melhorando a comunicação com cidadãos e empresas;
- III. **Facilitar**, simplificando processos de licenciamento e gestão;
- IV. **Apoiar**, a criação de incentivos para projetos comunitários e iniciativas de combate à pobreza energética.

Em síntese, as CER e os ACC constituem uma oportunidade estratégica para promover uma transição energética justa em Portugal. O caso Telheiras/Lumiar demonstra que, apesar das barreiras legais e financeiras, é possível implementar projetos sustentáveis, socialmente inclusivos e economicamente viáveis, reforçando a necessidade de políticas públicas consistentes e de um enquadramento regulatório simplificado para permitir a sua expansão sustentada.

2. Instrumentos de Financiamento e Apoio às CER

O financiamento representa um fator central para a implementação e expansão das CER em Portugal, sendo determinante para viabilizar projetos que envolvam cidadãos, empresas e autoridades locais na produção e consumo colaborativo de energia.

2.1. Financiamento Municipal, Nacional e Europeu

Ao nível municipal, algumas autarquias têm disponibilizado incentivos pontuais, por exemplo através de orçamentos participativos ou de programas de instalação de sistemas fotovoltaicos. No entanto, estas iniciativas permanecem isoladas e de alcance limitado.

No plano nacional, os concursos realizados em 2023 e 2024, no âmbito do programa de Apoio à Concretização de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo, financiado pelo Fundo Ambiental e pelo PRR, têm apoiado tanto autoconsumos individuais como coletivos. Apesar disso, os elevados requisitos técnicos e burocráticos têm afastado grande parte dos potenciais participantes, reforçando a dependência das CER do trabalho voluntário e do investimento dos membros fundadores, que frequentemente enfrentam dificuldades até para cobrir despesas administrativas básicas.

No contexto europeu, Ana Rita Antunes, fundadora e coordenadora executiva da cooperativa de energias renováveis Coopérnico, destacou o European Energy Community Facility, um programa com um orçamento global de 7,5 milhões de euros destinado a apoiar cerca de 140 iniciativas cidadãs em toda a Europa, incluindo projetos em Portugal. A sua intervenção enfatizou a importância do envolvimento ativo dos cidadãos na transição energética e o papel central das comunidades de energia na construção de um sistema energético mais justo, sustentável e participativo.



Apply for funding

Our next call will open in spring 2026

[More info](#)

Cada projeto selecionado pode beneficiar de 45 mil euros em financiamento fixo, acompanhado de capacitação técnica e mentoria. O apoio centra-se em custos estruturantes como estudos de viabilidade técnica e legal, contratação de recursos humanos, serviços de consultoria, licenciamento, registos jurídicos e reforço da governança, permitindo estruturar as comunidades de forma sustentável e reduzir a dependência do voluntariado. O enquadramento europeu também adota uma definição mais ampla de comunidades de energia, permitindo a inclusão de iniciativas como mobilidade elétrica, eficiência energética e reabilitação de edifícios, aumentando o potencial de inovação e diversidade de soluções locais.

2.2. Barreiras ao Acesso e Limitações Atuais

As Comunidades de Energia Renovável (CER) enfrentam, em Portugal, desafios estruturais significativos. Entre estes, o elevado custo inicial constitui uma barreira central, enquanto a perceção de risco associada ao primeiro projeto restringe a mobilização de membros fundadores e a adesão de novos participantes. A inexistência de mecanismos de financiamento especificamente desenhados para CER, aliada à reduzida literacia energética da população em relação a aspetos técnicos, jurídicos e económicos, dificulta a consolidação destes projetos. A experiência do projeto de Telheiras demonstra simultaneamente a viabilidade do modelo e as fragilidades decorrentes da ausência de um enquadramento sólido de apoio financeiro e técnico. Para além da literacia energética, destaca-se também a falta de uma tradição cooperativa consolidada no setor da energia, consequência do elevado nível de centralização do sistema energético e da exclusão estrutural de cidadãos e comunidades.

2.3. Oportunidades para Melhoria e Simplificação

O **European Energy Community Facility** constitui uma oportunidade estratégica para superar as limitações enfrentadas pelas CER em Portugal. O programa oferece não

apenas acesso a financiamento, mas também capacitação técnica e mentoria, fortalecendo a autonomia das comunidades e promovendo a replicação de boas práticas.

O papel da Coopérnico como parceiro nacional é central: a organização facilita a candidatura das iniciativas portuguesas, traduz documentos, oferece acompanhamento técnico e assegura condições de competitividade em relação a candidaturas de outros países europeus. A experiência da Coopérnico sublinha a necessidade de garantir que as CER cumpram os princípios de governança democrática e carácter não lucrativo, maximizando os benefícios sociais, económicos e ambientais. Em Portugal, estas comunidades podem assumir a forma de associações, cooperativas, fundações ou sociedades sem fins lucrativos, garantindo participação aberta e gestão democrática.

Para além do financiamento europeu, a intervenção destacou a importância de criar instrumentos de financiamento claros e acessíveis, simplificar os processos de candidatura, licenciamento e gestão, e reforçar a capacitação técnica e o apoio organizacional. Estas medidas são prioritárias para assegurar a sustentabilidade e a escalabilidade das CER. A Coopérnico comprometeu-se a apoiar diretamente as iniciativas portuguesas, garantindo acompanhamento especializado e facilitando a participação competitiva em programas europeus, promovendo uma transição energética mais inclusiva e cidadã.

No entanto, é importante salientar que o European Energy Community Facility constitui um instrumento limitado, competitivo e temporário. Persistem lacunas significativas na criação de mecanismos nacionais estruturais e previsíveis para financiar e apoiar as CER, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais consistentes e de longo prazo.

2. 4. Requisitos Estruturais das CER

As CER devem cumprir dois requisitos fundamentais:

- Governança democrática, garantindo que o controlo da comunidade permaneça nas mãos dos membros, sem influência dominante de investidores externos.
- Carácter não lucrativo, centrando os objetivos na geração de benefícios sociais, económicos e ambientais, em vez da distribuição de dividendos.

Em Portugal, as CER podem assumir formas jurídicas como associações, cooperativas, fundações ou sociedades sem fins lucrativos, desde que assegurem participação aberta e gestão democrática.

Apesar das barreiras financeiras, jurídicas e organizacionais existentes, os instrumentos de financiamento europeus, como o *European Energy Community Facility*, representam uma oportunidade estratégica para fortalecer as CER em Portugal. O apoio técnico e organizacional da Coopérnico permite superar obstáculos relacionados com capacidade administrativa e conhecimento técnico, contribuindo para uma transição energética mais democrática, inclusiva e sustentável, centrada nos cidadãos e orientada para a criação de valor social, ambiental e económico.

3. Modelo de Autoconsumo Coletivo e Financiamento

Os Autoconsumos Coletivos (ACC) constituem um modelo de produção e consumo de energia renovável em que múltiplos consumidores partilham a eletricidade gerada localmente, sem necessidade de investimento individual em infraestruturas próprias. No caso da GreenVolt Comunidades, esta abordagem é implementada em edifícios ou terrenos de membros âncora – como empresas, associações ou instituições públicas – que disponibilizam telhados ou espaços para a instalação de painéis solares. A energia produzida é posteriormente distribuída entre os participantes, de acordo com quotas definidas contratualmente entre o produtor e os membros consumidores, bem como conforme as regras estabelecidas no regulamento interno de cada comunidade.

O modelo ACC distingue-se por ampliar o acesso à energia limpa, permitindo a inclusão de consumidores que, de outra forma, não teriam capacidade para instalar painéis solares. Contudo, a avaliação do grau de democracia e inclusão do ACC depende dos critérios considerados: se forem exclusivamente económicos, o modelo pode efetivamente reduzir barreiras financeiras; já em termos de tomada de decisão, controlo, propriedade e gestão, a classificação de “mais democrático” pode necessitar de análise caso a caso. A gestão operacional é assegurada pela GreenVolt Comunidades, que coordena produção, monitorização e distribuição da energia, garantindo eficiência e transparência na partilha de benefícios.

Do ponto de vista técnico e económico, o ACC oferece vantagens significativas, embora não exclusivas a este modelo. Uma entidade jurídica do tipo CER que execute atividades de autoconsumo coletivo também pode proporcionar poupança na fatura de energia e reduzir impactos ambientais através da descentralização da produção. Como demonstrado pelo projeto de Telheiras, é possível incorporar mecanismos de solidariedade que incluam agregados vulneráveis ou em situação de pobreza energética, garantindo acesso gratuito ou a preços reduzidos à energia limpa. A distribuição da energia entre múltiplos consumidores permite aproveitar sinergias temporais, reduzir desperdícios e maximizar a utilização da produção local, com redução das faturas elétricas entre 20% e 80%, sem necessidade de investimento inicial direto. A utilização de infraestruturas existentes minimiza impactos ambientais e evita a ocupação de novos terrenos.

Atualmente, a GreenVolt Comunidades gere mais de 160 comunidades de energia, das quais 159 seguem o modelo ACC, com 72 já em operação e uma capacidade instalada total de aproximadamente 30 MW. Projetos exemplares incluem parcerias com a Superbock, instalações em património histórico como o Mosteiro da Academia das Ciências de Lisboa, e iniciativas sociais voltadas para reduzir encargos energéticos de famílias em vulnerabilidade. Estes casos demonstram que é possível conciliar eficiência energética, inclusão social e viabilidade económica, oferecendo um modelo replicável para políticas públicas que incentivem a descentralização da produção de energia solar.

A GreenVolt Comunidades gere atualmente mais de 160 comunidades de energia, das quais 159 seguem o modelo ACC, com 72 já em operação e uma capacidade instalada total de cerca de 30 MW. Projetos exemplares incluem parcerias com a Superbock, instalações em património histórico como o Mosteiro da Academia das Ciências de Lisboa, e iniciativas sociais que visam reduzir encargos mensais de famílias em vulnerabilidade. Estes exemplos demonstram que é possível conciliar eficiência energética, inclusão social e viabilidade económica, oferecendo um modelo replicável para políticas públicas de incentivo à descentralização da produção de energia solar.

O modelo ACC da GreenVolt Comunidades distingue-se pela sua sustentabilidade financeira, evitando dependência de subsídios públicos e privilegiando fontes privadas de financiamento. A abordagem baseia-se em três pilares principais:

- **Participação e partilha de energia:** Os participantes (consumidores e produtores) aderem a contratos de partilha, beneficiando de energia solar sem necessidade de investimento inicial.
- **Sustentabilidade financeira e independência de subsídios:** O modelo é financeiramente sustentável, baseado em capital privado e retornos gerados pela própria venda e consumo partilhado de energia, evitando dependência de apoios públicos.
- **Impacto ambiental e comunitário:** A energia gerada localmente reduz emissões de carbono e promove comunidades mais resilientes, com benefícios sociais e ambientais distribuídos entre os membros.

A GreenVolt complementa os recursos com capital próprio ou obtido junto de investidores privados, garantindo autonomia financeira e preservando a governança democrática das comunidades. A utilização de telhados e parques de estacionamento já existentes reduz significativamente custos com obras e terrenos, permitindo que os recursos financeiros sejam direcionados para gestão, manutenção e expansão das comunidades.

A experiência da GreenVolt demonstra que os ACC podem ser implementados de forma economicamente viável, mesmo sem apoio estatal direto, desde que haja instrumentos financeiros adaptados, gestão organizada e estratégia de participação inclusiva. O modelo permite também a implementação de projetos sociais e a criação de benefícios económicos, sociais e ambientais simultâneos.

Os Autoconsumos Coletivos representam uma solução estratégica para promover uma transição energética inclusiva e sustentável em Portugal. O modelo ACC da GreenVolt Comunidades combina eficiência energética, inclusão social e viabilidade económica, demonstrando que é possível implementar projetos de energia limpa sem dependência exclusiva de subsídios públicos. A replicação deste modelo, acompanhada de políticas públicas que promovam a descentralização da produção de energia solar e facilitem o financiamento, constitui um passo determinante para a democratização da energia e a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis.



4. Desafios e Barreiras Identificadas

As Comunidades de Energia Renovável e os modelos de Autoconsumo Coletivo enfrentam diversas barreiras estruturais que limitam o seu desenvolvimento em Portugal. A burocracia associada ao licenciamento constitui um obstáculo significativo, com processos complexos e morosos que desincentivam a criação de novas comunidades e retardam a implementação de projetos piloto. A obtenção de licenças e registos legais, bem como a conformidade com requisitos técnicos e regulamentares, requer conhecimentos especializados que muitas comunidades ainda não possuem.

A escalabilidade das iniciativas representa outro desafio crítico, sobretudo para pequenas comunidades e condomínios urbanos. A falta de soluções adaptadas a espaços reduzidos ou infraestruturas compartilhadas limita o potencial de expansão destes modelos, restringindo a sua replicabilidade em contextos urbanos densos. Além disso, as questões de gestão coletiva e governança democrática tornam o processo de organização mais exigente, particularmente em condomínios e associações de vizinhos com recursos limitados.

A acessibilidade financeira e técnica permanece como barreira central. O investimento inicial elevado necessário para a instalação de painéis solares e sistemas de monitorização limita a participação de cidadãos e famílias com menor capacidade económica. Por outro lado, a falta de literacia energética e competências técnicas

dificulta a operação eficiente das comunidades, perpetuando a dependência de voluntariado e limitando a sustentabilidade dos projetos a médio e longo prazo.

5. Recomendações de Política e Intervenção

Para acelerar e democratizar o autoconsumo e as CER, recomenda-se a implementação de medidas que simplifiquem processos administrativos e de licenciamento, tornando o enquadramento legal mais claro e acessível.

A **criação de guias técnicos**, plataformas de apoio e linhas de contacto centralizadas poderá reduzir a complexidade e aumentar a confiança dos promotores de projetos.

No domínio do financiamento, é fundamental desenvolver estratégias que combinem apoio público, instrumentos europeus como o *European Energy Community Facility* e **mecanismos de financiamento** privado adaptados a diferentes escalas de projeto. Estes instrumentos devem permitir cobertura de custos estruturantes, incluindo estudos de viabilidade, contratação de recursos humanos e consultoria jurídica, para que as comunidades possam organizar-se de forma autónoma e sustentável.

Incentivos à participação comunitária, nomeadamente medidas que promovam a inclusão social e a integração de famílias em situação de vulnerabilidade, devem ser incorporados nas políticas públicas. Estes incentivos podem assumir a forma de descontos na energia, acesso gratuito a quotas ou benefícios fiscais, reforçando o carácter democrático e não lucrativo das comunidades, e estimulando a participação ativa dos cidadãos.

6. Próximos Passos e Perspetivas Futuras

A monitorização e avaliação contínua das políticas implementadas é essencial para identificar falhas e oportunidades de melhoria, garantindo que os objetivos de inclusão, sustentabilidade e eficiência energética sejam atingidos. A integração de instrumentos europeus e nacionais deve ser realizada de forma coordenada, assegurando que programas como o *European Energy Community Facility* complementem os incentivos nacionais e municipais e que as comunidades portuguesas possam concorrer em condições equitativas.

O envolvimento dos *stakeholders* é determinante para o sucesso a longo prazo. A colaboração entre municípios, associações de consumidores, empresas privadas, ONG e entidades de suporte técnico como a Coopérnico ou a GreenVolt Comunidades permitirá a disseminação de conhecimento, a replicação de boas práticas e a criação de redes de suporte entre projetos. Estas iniciativas devem ser acompanhadas de programas de capacitação técnica e mentoring, promovendo a autonomia das comunidades e fortalecendo a sustentabilidade dos modelos de ACC e CER.

No horizonte futuro, a convergência entre inovação tecnológica, políticas públicas e participação cidadã tem o potencial de transformar o setor energético português, promovendo uma transição mais justa, inclusiva e resiliente. A experiência acumulada nas intervenções analisadas demonstra que, através da simplificação administrativa, do acesso facilitado a financiamento e da valorização do papel dos cidadãos, é possível consolidar um modelo energético mais democrático e sustentável.

7. Conclusão

As Comunidades de Energia Renovável e os modelos de Autoconsumo Coletivo constituem instrumentos estratégicos para promover uma transição energética justa, inclusiva e sustentável em Portugal. As intervenções analisadas evidenciam que, apesar do elevado potencial destes modelos, persistem barreiras significativas, nomeadamente em termos de burocracia, licenciamento, escalabilidade em contextos urbanos e acessibilidade financeira e técnica.

A experiência da Coopérnico e da GreenVolt Comunidades demonstra que estas limitações podem ser mitigadas através de instrumentos de financiamento estruturantes, capacitação técnica, simplificação administrativa e apoio à governação democrática. Programas europeus, como o *European Energy Community Facility*, associados a estratégias nacionais e municipais coordenadas, constituem oportunidades estratégicas para superar as dificuldades e garantir a sustentabilidade e replicabilidade das comunidades.

A implementação de políticas públicas que combinem incentivos financeiros, medidas de inclusão social, simplificação de processos e promoção da participação cidadã é fundamental para consolidar um setor energético mais democrático. A articulação entre *stakeholders*, a monitorização contínua e a disseminação de boas práticas são determinantes para assegurar que os projetos nacionais alcancem competitividade, eficiência e impacto social positivo.

Em síntese, a promoção das CER e do autoconsumo coletivo, suportada por instrumentos adequados e pela participação ativa da sociedade civil, constitui um caminho concreto para avançar na transição energética em Portugal, conciliando benefícios económicos, sociais e ambientais, e reforçando o papel dos cidadãos na produção e gestão da sua própria energia.



Cofinanciado pela
União Europeia